PARECER N.º /2017.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PROJETO DE LEI N.º 22/2017.

OBJETO: RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DA REGIÃO PINGO D' ÁGUA.

AUTOR: VEREADOR PAULO ARARA

RELATOR: VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES

1. Relatório

De iniciativa do Ilustre Vereador Paulo Arara, o Projeto de Lei n.º 22/2017 tem o objetivo de reconhecer como de utilidade pública, no âmbito do Município de Unaí, a Associação Comunitária Pequenos Agricultores Rurais da Região Pingo D' Água.

Trata-se de associação civil, sem fins lucrativos, de caráter social e socioeducativo, de duração por tempo indeterminada, fundada em 14 de janeiro de 2005, devidamente inscrita no CNPJ n.º 08.320.559/0001-00.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria do Vereador Paulo César Rodrigues, por força do r. despacho do Presidente desta Comissão, fls.20.

No dia 20/03/2017, durante a 10ª Reunião Ordinária desta Comissão, o projeto foi convertido em diligência no sentido de oficiar o autor da matéria solicitando informações e documentos para instrução do PL, conforme fls. 21.

Ofício nº 9/SACOM dirigido ao autor do projeto solicitando esclarecimentos e documentos, cujo recebimento se deu em 21/3/2017, conforme se depreende dos autos às fls. 22/23.

Ofício nº 32/Gab/PSB/Ver. Paulo Arara (fls.24), dirigido ao Presidente desta Comissão, Vereador Eugênio Ferreira, protocolizado no dia 31/3/2017, tempestivamente, encaminhando a documentação pendente, qual seja:

a) declaração do presidente da Associação Comunitária Pequenos Agricultores Rurais da Região Pingo D'Água, Adolfo José Filho, datada de 16/2/2017, informando que a referida associação não goza de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, em cumprimento ao §único do art. 3º da Lei nº 1296/1990, fs. 25.

b) estatuto da Associação Comunitária Pequenos Agricultores Rurais da Região Pingo D'Água devidamente registrado sob o nº 770, livro A-04, fls.128, em 23/5/2007, fls. 26/39.

c) ata de eleição e posse da diretoria executiva registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Unaí-MG, sob o nº 770, livro 40-A, pág. 177, av nº 13, protocolo nº 37772, data de 31/3/2017, fls. 41.

2. Fundamentação

2.1 Competência

A Lei Orgânica do Município de Unaí trouxe em seu art. 62 a competência privativa da Câmara Municipal para o reconhecimento de utilidade pública das entidades, senão vejamos:

Art. 62. Compete privativamente à Câmara Municipal:

XXVI - reconhecer de utilidade pública entidades de caráter associativo e cooperativista do Município;

E quanto às deliberações, o art.74 traz que:

Art. 74. As deliberações da Câmara atenderão a seguinte maioria, de acordo com a matéria:

II - votação de dois terços de seus membros para os projetos que tiverem por objeto:

(...)

m) reconhecer instituições de utilidade pública;

No que tange ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Unaí, encontram-se as seguintes previsões:

Art. 172. O Presidente da Câmara só recebe proposição redigida com clareza e observância da técnica legislativa e do estilo parlamentar.

(...)

§ 6º A proposição que objetivar a declaração de utilidade pública somente será recebida pelo Presidente da Câmara se acompanhada pelos documentos exigidos em legislação específica do Município.

Art. 251. Salvo disposições regimentais em contrário, passam por dois turnos de discussão e votação todas as proposições, com exceção das que tenham tramitação disposta em regulamento próprio e as proposições que passam por turno único, dispostas a seguir:

(...)

IV - que declarem entidades de utilidade pública;

E a Lei Municipal nº 1.296/1990 que regulamenta o reconhecimento de utilidade pública e dá outras providências menciona que:

Art. 2º A iniciativa do processo de reconhecimento de utilidade pública cabe ao Prefeito, a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara.

Assim, quanto à competência para propor o projeto, não há vício de iniciativa.

2.2 Requisitos

A Lei nº 1.296/1990 que regulamenta o reconhecimento de utilidade pública traz os requisitos, quais sejam:

Art. 3º São condições indispensáveis para o reconhecimento de utilidade pública, observada a finalidade de cada associação:

I - ter no mínimo 01 (um) ano de comprovada atuação em favor da coletividade, contados da data de sua fundação;

II - contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento do ensino, da saúde, do transporte, dos serviços públicos e das atividades culturais do Município;

III - auxiliar na formação da cultura local, através do pluralismo de idéias e da livre manifestação e expressão;

IV - executar atividades de caráter assistencial ou educacional; e

V - exercer quaisquer atividades que contribuam, diretamente, para o desenvolvimento científico, artístico e histórico e para a preservação do meio ambiente.

Parágrafo único. É vedado o reconhecimento de utilidade pública a órgãos ou entidades que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

Art. 4º O processo legislativo de reconhecimento de utilidade pública deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - estatuto social registrado em cartório competente;

II - declaração da diretoria de que não remunera, a qualquer título, os mantenedores e os associados;

III- relatórios das gratuidades dos alunos que pagam mensalidades, e o último balancete mensal quando se tratar de entidade educacional;

IV- declaração da diretoria da que a entidade está em funcionamento, com estrita observância dos estatutos;

V - cópia da ata de eleição da diretoria em exercício;

VI - comprovação de patrimônio superior a 100 (cem) vezes o maior valor de referência, em caso de fundação;

VII - inscrição no cadastro geral de contribuintes; e

VIII - extrato do estatuto publicado no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. A declaração ou a apresentação de documentos falsos, se comprovados posteriormente à lei específica de reconhecimento de utilidade pública na nulidade imediata do ato e a suspensão de todos os seus efeitos.

(...)

E, nos autos tem a seguinte documentação:

a) Ata de Fundação, datada de 14/1/2005, fls.5, registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Unaí-MG sob o nº 770, LIV A-4, data de 8/4/2005;

b) Estatuto da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Rurais da Região Pingo D'Água, fls. 6/12, datado de 14/1/2005, assinado pelo Advogado André Soares Branquinho-OAB nº 89298, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Unaí-MG sob o nº 770, Liv. A-4, data de 8/4/2005;

c) Declaração assinada pelo Presidente da Associação Comunitária Pequenos Agricultores Rurais da Região Pingo D'Água, Senhor Adolfo José Filho, datada de 16/2/2017, afirmando “que os membros da sua diretoria não são remunerados, a qualquer título, os mantenedores e sus associados”, fls. 13;

d) Declaração assinada pelo Presidente da Associação Comunitária Pequenos Agricultores Rurais da Região Pingo D'Água, Senhor Adolfo José Filho, datada de 16/2/2017, declarando que a referida associação está em pleno funcionamento, com estrita observância do estatuto, fls. 14;

e) Edital de convocação para eleição e posse da nova diretoria e conselho fiscal para o biênio 2015/2017, fls. 15;

f) Ata de eleição e posse da nova diretoria e do conselho fiscal, datada de 12/7/2015, registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Unaí-MG sob o nº 770, Liv. 33-A, pág. 32-Av nº 12, protocolo nº 35661, data de 17/9/2015, fls. 16/17;

g) Comprovante de inscrição de situação cadastral com o nome empresarial Associação Comunitária Pequenos Agricultores Rurais da Região Pingo D'Água, CNPJ nº 08.320.559/0001-00, com situação cadastral ativa, data de abertura 08/04/2005 e descrição da natureza jurídica como sendo associação privada, fls.18, a qual foi devidamente conferida por este relator, cuja cópia segue anexa ao parecer.

h) Declaração assinada pelo Presidente da Associação Comunitária Pequenos Agricultores Rurais da Região Pingo D'Água, Senhor Adolfo José Filho, datada de 16/2/2017, declarando que a referida associação não goza de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, em cumprimento ao parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 1.296/1990, fls. 25;

i) Estatuto da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Rurais da Região Pingo D'Água, fls. 26/39, datado de 15/10/2006, assinado pelo Advogado Iraci Resende-OAB-MG nº 3970, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Unaí-MG sob o nº 770, Liv. A-04, fls. 128, data de 23/5/2007;

j) Certidão da ata de eleição e posse da diretoria executiva e do conselho fiscal, constante às fls. 31/32 do livro de ata nº 2 da associação, datada de 29/3/2017, assinada pelo presidente Adolfo José Filho, registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Unaí-MG sob o nº 770, Liv. 40-A, pag. 177, av nº 13, protocolo nº 37772, data de 31/3/2017, fls. 40/41.

Assim, verifica-se que foram cumpridos os requisitos exigidos para instrução do processo legislativo de reconhecimento de utilidade pública (art. 4º da supracitada Lei nº. 1.296).

Ressalta-se, por pertinente, que segundo o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 1.296/1990 a declaração ou a apresentação de documentos falsos implica na nulidade imediata do ato de reconhecimento de utilidade pública e na suspensão de todos os seus efeitos.

Ademais, de acordo com o art. 45 do Código Civil Brasileiro a existência legal da pessoa jurídica de direito privado começa da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, averbando-se no registro todas as alterações posteriores.

Logo, o interstício mínimo de 01 (um) ano de atuação a favor da coletividade, exigido pelo inciso I do art. 3º da Lei nº. 1.296, de 30 de outubro de 1990, encontra-se cumprido, pois consta a data de 23/5/2007 e o Presidente da Associação declara que a entidade está em pleno funcionamento, com estrita observância do estatuto.

O comprovante da publicação do extrato do Estatuto Social em órgão oficial, exigência prevista no inciso VIII do art. 4º da Lei Municipal nº 1.296/90 e no antigo art. 121 da Lei Federal nº. 6.015/73 deixou de ser necessário ao reconhecimento de utilidade pública da associação, em face da modificação sofrida por este último dispositivo, por força da Lei Federal nº. 9.042, de 09 de maio de 1995.

Com base na justificativa apresentada pelo Digno Autor e nos termos do artigo 2º do Estatuto (fls. 3 e 26/28), a entidade tem a finalidade de proporcionar as seguintes ações, dentre outras:

- a) Proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice;
- b) Combater a fome e a pobreza;
- c) Integração dos associados e moradores no mercado de trabalho, combatendo o desemprego;
- d) Divulgação e aprimoramento da Educação e Cultura do Lazer e do Esporte;
- e) Aprimorar o saneamento e proteger o Meio Ambiente da Comunidade;
- f) Angariar recursos para desenvolver hortas comunitárias, pequenas plantações agrícolas, máquinas para beneficiamento dos mesmos;
- g) Ampliar os meios de comunicação da comunidade;
- h) Incentivar a realização de cursos voltados para a comunidade;
- i) Elaborar e implantar projetos de reflorestamento de eucalipto”.

Ademais, o autor do projeto afirma que “não há dúvida de que o reconhecimento desta Associação como utilidade pública municipal será muito importante para o melhor funcionamento da entidade”.

Deve-se registrar que a ata de eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal anexa às fls.40/41, consta a eleição do Diretor do Conselho Fiscal, 2º Diretor do Conselho Fiscal, 3º Diretor do Conselho Fiscal, 1º Suplente do Conselho Fiscal, 2º Suplente do Conselho Fiscal e 3º Suplente do Conselho Fiscal, mas o estatuto da Associação prevê que o Conselho Fiscal será constituído por 3 membros efetivos e seus respectivos suplentes (art. 27), mas será composto de presidente, relatora e secretário. Logo, sugere-se que na próxima eleição e posse do Conselho Fiscal da Associação, os membros obedeçam à nomenclatura constante no art. 29 do estatuto.

Este relator entende que reconhecer de utilidade pública a Associação Comunitária Pequenos Agricultores Rurais da Região Pingo D’Água será de grande valia, incentivo e valorização do trabalho desenvolvido pela organização social na zona rural do nosso Município.

Portanto, não enxergo empecilho para que seja a matéria aprovada por esta Casa Legislativa, uma vez que os requisitos trazidos pela Lei 1.296/90 para o reconhecimento de utilidade pública foram cumpridos.

3. Conclusão

Em face do exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 22/2017.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 06 de abril de 2017; 73º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES

Relator Designado